



INTERTEXTUALIDADE PARAFRÁSICA: MARCAS DE INTERPRETAÇÃO NO GÊNERO RESUMO ACADÊMICO

PARAPHRASICAL INTERTEXTUALITY: INTERPRETATION MARKS IN THE SCIENTIFIC ABSTRACT GENRE

Rubia Mara Bragagnollo¹

RESUMO: Este artigo tem o objetivo de analisar uma produção do gênero Resumo Acadêmico, de um aluno do 1º ano de Letras (Português Única) da Universidade Estadual de Maringá, com o intuito de investigar a existência de marcas de intertextualidade parafrásica que remetam à interpretação do texto fonte. A partir das noções de polifonia e dialogismo (Bakhtin, 2006), de intertextualidade (Koch, 1997), de parafrase (Fuchs, 1985; Sant'Anna, 2003) e de Resumo Acadêmico (Therezo, 2007) discutidas, somadas à análise realizada, verificamos que o gênero em questão, apesar de ser parafrásico, apresenta marcas que denotam interpretação, evidenciando, assim, determinado nível de compreensão leitora do resumidor.

Palavras-chave: Intertextualidade. Parafrase. Interpretação. Resumo Acadêmico.

ABSTRACT: This article aims to analyze a production of the scientific abstract genre, written by a student of 1st year of Arts, at Universidade Estadual de Maringá, with the purpose of investigate the existence of marks of paraphrasical intertextuality which leads towards an interpretation of the original text. From the notions of polyphony and dialogism (Bakhtin, 2006), of intertextuality (Koch, 1997), of paraphrase (Fuchs, 1985; Sant'Anna, 2003) and of scientific abstract (Therezo, 2007) written, added to the analyses carried out, we verified that this genre, despite being paraphrasical, presents marks which denote interpretation, showing so determined level of comprehension in reading.

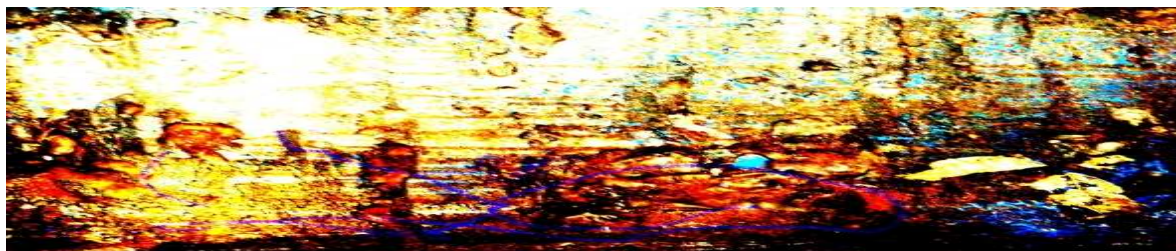
Key-words: Intertextuality. Paraphrase. Interpretation. Scientific abstract.

1 INTRODUÇÃO

Dentre as formas convencionadas do uso da linguagem, uma das atividades mais complexas é saber resumir e parafrasear um texto. Ambas as práticas estão relacionadas com a habilidade de compreender o que se lê e conseguir identificar as ideias principais que o

1

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da UEM. e-mail@hotmail.com.



autor quis passar em seu texto, destacando-as a fim de reformular um novo texto, de forma mais clara e sucinta.

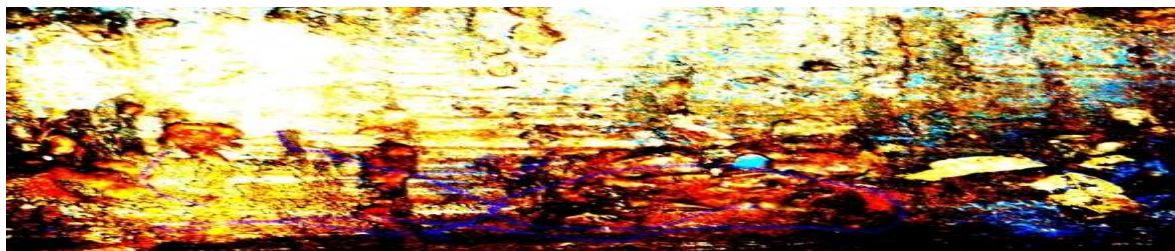
A importância da paráfrase estabeleceu-se há muito tempo e, nos dias de hoje, faz parte de praticamente toda atividade acadêmica/escolar. Por isso, pretendemos, neste artigo, debruçarmo-nos sobre este aspecto do texto, buscando, sobretudo, explicitar as marcas de intertextualidade, presentes em um resumo escolhido para análise, que levam à identificação de certo nível interpretativo na leitura realizada para a produção do gênero Resumo Acadêmico, a fim de demonstrar que a paráfrase realizada pelo aluno não é apenas a reformulação de outro texto com outras palavras, mas também um novo texto com vestígios de opinião e interpretação resultantes da relação interlocutor/locutor e de conhecimentos prévios.

Para adentrarmos nas questões primordiais do trabalho, devemos, antes, esclarecer aspectos pertinentes ao texto, como o dialogismo, a polifonia, a intertextualidade e a heterogeneidade mostrada, que tem a ver com o fenômeno parafrásico e as propriedades do Resumo Acadêmico.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Um dos meios mais utilizados para a comunicação, atualmente, é o texto. Ele pode passar informações, dar notícias, ensinar, divertir, entre outras funções, dependendo de seu leitor. Um texto se caracteriza, principalmente, pela relação que estabelece entre locutor e interlocutor, sendo, portanto, uma instância essencialmente dialógica. Assim, temos que o dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido do discurso, ou seja, o diálogo é uma ação histórica compartilhada socialmente. Nas palavras de Bakhtin (2006), temos que:

O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face,



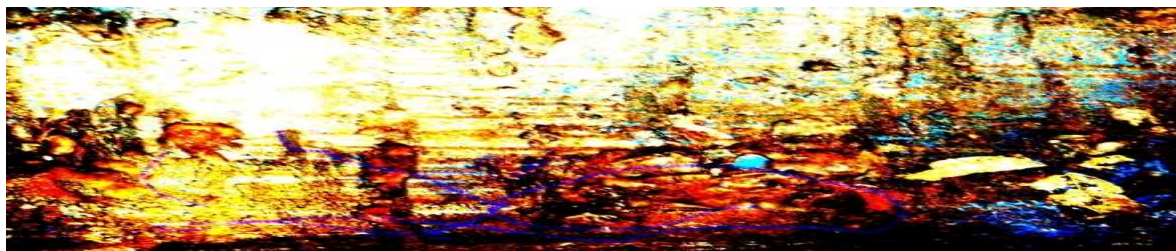
mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2006, p. 125).

O dialogismo, portanto, está presente em toda forma de comunicação, em qualquer forma de texto. Além do dialogismo, outro aspecto fundamental relativo ao texto, neste caso específico, ao gênero Resumo Acadêmico, é a polifonia. De acordo com Barros (1994), um texto polifônico é aquele em que o dialogismo é percebido explicitamente, isto é, em que são percebidas várias vozes, diferentemente de textos monofônicos, em que só se percebe uma voz no discurso. O Resumo Acadêmico é um exemplo claro de texto polifônico, pois nele há marcas de outras vozes pertencentes ao texto fonte, o que é uma característica do gênero.

Dialogismo e polifonia não podem ser confundidos. Todo texto é dialógico, pois o diálogo se refere a qualquer forma de discurso, mas nem todo texto é polifônico, já que para isso é necessário que vozes polêmicas apareçam no texto.

Podemos ainda afirmar que todo texto é um intertexto. Isso quer dizer que “outros textos estão presentes nele, em níveis variáveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis” (Barthes *apud* Bentes, 2001, p. 269). A intertextualidade é definida como a presença do outro naquilo que dizemos (Koch *apud* Carioca, 2007) e diz respeito aos modos como a produção e recepção de um texto dependem do conhecimento que se tenha de outros textos com os quais ele, de alguma maneira, se relaciona (Beaugrande & Dressler *apud* Koch, 1989). De certa forma, a intertextualidade pode ser confundida com a polifonia, pois é constitutiva de todo e qualquer discurso, porém, ela é menor do que a polifonia, já que ocorre quando um texto está inserido em outro texto (intertexto) produzido anteriormente. Nesse sentido, para que a intertextualidade seja identificada, é preciso que o texto retomado esteja na memória discursiva dos interlocutores ou que seja de uma memória coletiva.

A intertextualidade, segundo Koch (1997), existe em dois sentidos: amplo e restrito. No sentido amplo, apresenta três dimensões: a) as operações produtoras de sentido são sempre intertextuais no interior de um certo universo discursivo; b) o princípio da intertextualidade é também válido entre universos discursivos diferentes; c) no processo de produção de um discurso, há uma relação intertextual com outros discursos relativamente



autônomos que, embora funcionando como momentos ou etapas da produção, não aparecem na superfície do discurso “produzido” ou “terminado”.

Já no sentido restrito, é considerada a relação de um texto com outros previamente existentes (que foram efetivamente produzidos). Os tipos de intertextualidade no sentido restrito são: a) de conteúdo ou de forma/contéudo: intertextualidade entre dois textos de uma mesma área, notícias do mesmo dia, sobre o mesmo assunto etc. Ela acontece quando o autor de um texto imita ou parodia, tendo em vista efeitos específicos, estilos, registros ou variedades de língua; b) explícita ou implícita: quando a citação é explícita há citação direta da fonte do outro texto, e a implícita ocorre quando a citação não é expressa no texto, tendo o leitor de recuperar a fonte na memória para construir o sentido do texto; c) das semelhanças ou das diferenças: na intertextualidade das semelhanças, o texto incorpora o intertexto para seguir-lhe a orientação argumentativa e, frequentemente, para apoiar nele a argumentação; já na intertextualidade das diferenças, o texto incorpora o intertexto para ridicularizá-lo, mostrar sua improcedência ou, pelo menos, colocá-lo em questão; d) com intertexto alheio, com intertexto próprio ou com intertexto atribuído a um enunciador genérico.

Para compreendermos bem as concepções de polifonia e intertextualidade, que em alguns momentos podem não ficar tão claras devido à semelhança entre os dois aspectos do texto, vejamos o que Koch (1997) diz sobre isso:

Na intertextualidade, a alteridade é necessariamente atestada pela presença de um intertexto: ou a fonte é explicitamente mencionada no texto que o incorpora ou o seu produtor está presente, em situações de comunicação oral, ou ainda, trata-se de provérbios, frases feitas, expressões estereotipadas ou formulaicas, de autoria anônima, mas que fazem parte de um repertório compartilhado por uma comunidade de fala. Em se tratando de polifonia, basta que a alteridade seja encenada, isto é, incorporam-se ao texto vozes de enunciadores reais ou virtuais, que representam perspectivas, pontos de vista diversos, ou põem em jogo “topoi” diferentes, com os quais o locutor se identifica ou não (KOCH, 1997, p. 57)

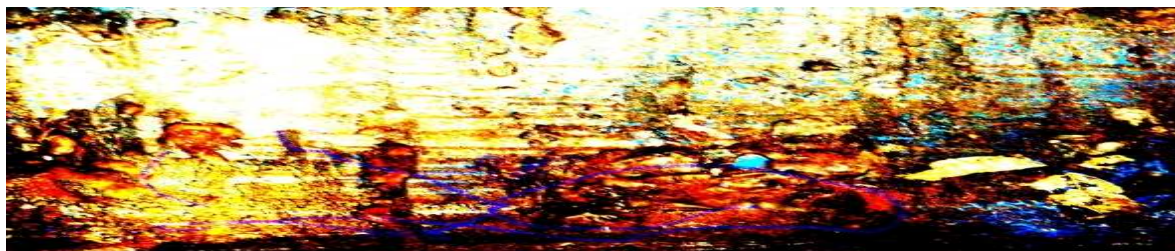


Esclarecida essa questão, adentremos em mais uma referente ao texto, que tem suma importância para o presente trabalho. Com base nos pressupostos elencados, entendemos que o texto se constitui de forma heterogênea, de modo que sempre há outros textos envolvidos no “novo” texto. Essa constatação nos leva ao conceito de heterogeneidade enunciativa, a qual pode ser constitutiva ou mostrada. Preocuparemos-nos com a segunda, pois diz respeito às marcas linguísticas que aparecem no discurso explicitamente, denunciando a presença do outro e alterando sua aparente unicidade, o que fica claro no gênero Resumo Acadêmico. Authier-Revuz (2004) concebe a heterogeneidade mostrada como forma marcada da conotação autonímica, que diz respeito à utilização, pelo locutor, de palavras inscritas e explicitamente mostradas no fio do discurso sem que haja qualquer tipo de ruptura sintática. Ela pode ser marcada pelo discurso direto e o indireto, negação, aspas e metadiscurso do enunciador.

O discurso, então, é construído a partir do discurso do outro. Nesse sentido, pode ocorrer, segundo Maingueneau (1997, p. 86), a “ambiguidade fundamental do fenômeno de citação”, a qual tem a ver com o fato de que 1) ao citar palavras de um outro, o locutor estaria procurando garantir a verdade do que diz, no sentido de que “o que digo é verdade porque outro o disse”; 2) o locutor, ao citar palavras de um outro, pode dizer o que quer indiretamente, ocultando-se, desresponsabilizando-se pelo que disse, como se “o que digo é verdade porque não fui eu que o disse”. Nessas duas possibilidades de distanciamento do locutor é que está a ambiguidade e esta é o espaço da marcação da subjetividade no discurso, ou seja, a partir do posicionamento que o locutor toma perante seu enunciado, pode-se identificar certas opiniões e/ou elementos que remetam à subjetividade, de forma geral.

Neste momento, faz-se necessário discorrer acerca da paráfrase, um dos fenômenos relativos à heterogeneidade enunciativa e também à intertextualidade, no Resumo Acadêmico.

3 A PARÁFRASE



A paráfrase, conforme Sant'Anna (2003, p. 17), “é a reafirmação, em palavras diferentes, do mesmo sentido de uma obra escrita. Uma paráfrase pode ser uma afirmação geral da ideia de uma obra como esclarecimento de uma passagem difícil. Em geral ela se aproxima do original em extensão”. Entendemos que, ao parafrasear um texto, reafirma-se, em palavras diferentes, o seu sentido, esclarecendo-o, de certa forma. “A paráfrase constitui um enriquecimento de sentido e provoca uma progressão do discurso” (TOMASI, 2006, p. 27). Além disso, ela “representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, produzindo diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado” (TOMASI, 2006, p. 28).

A paráfrase está diretamente relacionada com a intertextualidade e com a heterogeneidade. Essa intertextualidade, segundo Sant'Anna (2004), diz respeito à intertextualidade das semelhanças, o que nos leva a afirmar que a paráfrase, repousando sobre o idêntico e o semelhante, pouco faz evoluir a linguagem.

Conforme Nóbrega e Lima Filho (2008), existem dois tipos de paráfrase: a auto-paráfrase, em que o autor parafraseia o que ele mesmo disse/escreveu anteriormente, e a hetero-paráfrase, que ocorre quando o autor utiliza um texto de outro autor para parafrasear o que foi dito pelo primeiro. Em nossa análise, o resumo escolhido enquadra-se no segundo tipo, devido às condições a que o aluno da turma de Letras foi submetido, as quais veremos na parte das análises.

Além destes tipos de paráfrase, Nóbrega e Lima Filho (2008) dividiram-na em expansiva (cuja função é desenvolver o que é dito no texto original, aumentando o texto reformulado) e em paráfrase redutora (cuja função na construção do texto é fechar um tópico do texto, por meio do resumo que faz do texto original). Obviamente, e sem necessidade de maiores justificativas, a paráfrase a que estamos nos referindo neste artigo refere-se ao tipo que reduz as informações contidas no texto original.

Apesar da paráfrase não fazer a linguagem evoluir muito, no ato de resumir, por exemplo, como afirmado anteriormente, segundo Sant'Anna (2004, p. 21), a questão dos limites entre “interpretar” e “resumir” é muito delicada, pois o resumo já seria uma interpretação, e não haveria nunca paráfrase pura, sem acréscimo de novos termos, mas sim um segundo texto sobre o primeiro acrescido de diferenças. Assim, qualquer tradução já



seria uma interpretação. Por isso, a paráfrase apresenta certo grau de dificuldade em sua definição.

Apesar da complexidade em definir este fenômeno da heterogeneidade, utilizaremos o conceito de paráfrase como retextualização de um texto com outras palavras, isto é, na perspectiva retórica da reformulação, concebida por Fuchs (1985), pois a repetição configura-se como uma atividade reformuladora. Nesta perspectiva, duas questões levantadas pela autora têm relevância para este trabalho: a questão da interpretação do texto-fonte e a questão da identificação da significação do texto-fonte.

Para Fuchs (1985, p. 134), “o trabalho de interpretação é variável, segundo os sujeitos e as situações: cada um ‘percebe’ e, conseqüentemente, restaura o texto de forma diferente.” A questão da interpretação, portanto, é associada a um trabalho do sujeito. Já a questão da identificação da significação do texto-fonte é definida pela autora como

sempre momentânea, (válida num contexto e situação particulares) e frágil (já que resulta de um “apagamento” de diferenças) e por isso a possibilidade de polêmicas: da identidade semântica impossível à alteridade manifesta, se estende um continuum sobre o qual os sujeitos estabelecem limites de tolerância variáveis. A paráfrase oscila, assim, entre a reprodução pura e simples do conteúdo e a sua deformação (FUCHS, 1985, p. 134)

Desse modo, a identificação da significação do texto-fonte, na paráfrase, depende do contexto e do momento em que ela acontece, além de ser suscetível a polêmicas, já que a paráfrase pode variar entre a reprodução total e a sua modificação, de acordo com o posicionamento dos sujeitos no texto e a leitura que é realizada.

Estes dois aspectos da paráfrase vão ao encontro do que Maingueneau (1997, p. 96-97) afirma: “nenhuma parafraasagem é discursivamente neutra”, pois ela ocorre em um “momento definido de uma argumentação, em uma cena enunciativa e uma formação discursiva particulares”. Assim, nas palavras de Fuchs (1985), a paráfrase se manifesta não apenas pela estrutura linguística, ela pressupõe também a situação em que os participantes se envolvem: o locutor com sua intenção e o alocutário com sua recepção, com sua interpretação.



O papel do sujeito é muito importante. Sua atividade não se resume a apenas um tipo de operação na paráfrase. Na reformulação do texto, segundo Albini (2000), podem ocorrer fenômenos de deslocamento, substituição, acréscimo ou subtração de elementos, os quais visam à produção de efeitos de sentido que têm por objetivo influenciar o interlocutor. Há, portanto, uma evidente atuação do sujeito, por meio das marcas linguísticas e das operações parafrásicas acima descritas.

A paráfrase é reconhecida pelo discurso citado, o qual é introduzido pelos verbos dicendi. A escolha desses verbos e a forma de transmissão do discurso se constituem como peças importantes para a efetivação do jogo argumentativo. Maingueneau (1997, p. 88) destaca a importância dos verbos dicendi, afirmando que em função escolha do verbo, “toda interpretação da citação será afetada”. Entendemos que o verbo dicendi é um lugar em que o sujeito pode se manifestar, mostrar sua interpretação e ainda interferir na opinião do leitor sobre determinada afirmação. Assim, o autor (o resumidor) marca uma posição frente ao que está escrito no texto-fonte e mostra-a por meio do mecanismo de escolha dos verbos, bem como por outras marcas linguísticas e operações de paráfrases, que veremos mais adiante, nas análises de um resumo.

4 O RESUMO ACADÊMICO

Antes das análises, faz-se necessário discorrer sobre o gênero em questão: o Resumo Acadêmico. O Resumo Acadêmico é um gênero textual com propósitos sócio-comunicativos específicos. Segundo Therezo (2007, p. 117), o resumo é “a condensação de um texto, inteligível em si mesma, redigida em nível padrão de linguagem com as próprias palavras do leitor resumidor”. É importante ressaltar que, num resumo, não há opiniões de quem está resumindo, sendo, portanto, um texto fiel às ideias expressas pelo autor do texto fonte. Utiliza-se o discurso indireto e, geralmente, o tempo verbal é o presente do indicativo.

Ao produzir o Resumo Acadêmico, o aluno realiza uma retextualização, ou seja, empreende uma série de operações textuais-discursivas na transformação de um texto em



outro. O ato de resumir, então, resulta de uma habilidade especial única a seres humanos, que é a capacidade de armazenar informações.

Os Resumos Acadêmicos, em geral, estão expostos à leitura tanto ou mais do que os seus textos geradores, são seus instrumentos de acesso e, como tais, assumem o papel social de preencher satisfatoriamente às expectativas do leitor (TOMASI, 2006, p. 36). Portanto, esse gênero faz parte do discurso acadêmico e possui determinadas características que atendem a demanda deste público.

Podemos ainda constatar que o discurso acadêmico é uma construção perpassada pela heterogeneidade, visto que “sua constituição é alicerçada por um sujeito que ora se mostra ora se esconde, fazendo uso das estratégias discursivas próprias de tal discurso, para expressar aquilo em que acredita e que intenta fazer verdadeiro para outros” (CARIOCA, 2007, p. 828). As marcas de referência ao autor, por exemplo, são uma mostra de que há um distanciamento do resumidor com relação ao texto que está produzindo e suas ideias.

Quanto à intertextualidade no Resumo Acadêmico, podemos classificá-lo, de acordo com os tipos de intertextualidade no sentido restrito, expostos acima, como: de conteúdo, explícita, das semelhanças e com intertexto alheio.

Sendo o resumo um discurso repassador de outros discursos, entendemos que ele se rediz, reconstruindo o que foi dito. Resumir representa também a ação de excluir itens desnecessários, adicionais, repetitivos ou contextualmente redundantes de um texto, deixando apenas a informação essencial, conservando a linguagem original do texto, no sentido de ser formal, informal etc.

Na reconstrução do resumo, temos vários aspectos a serem analisados. Neste artigo, especificamente, faremos o levantamento das marcas que remetem a algum tipo de interpretação do resumidor, evidenciando as operações parafrásicas e as funções estabelecidas pelos verbos dicendi (em negrito).

5 A ANÁLISE

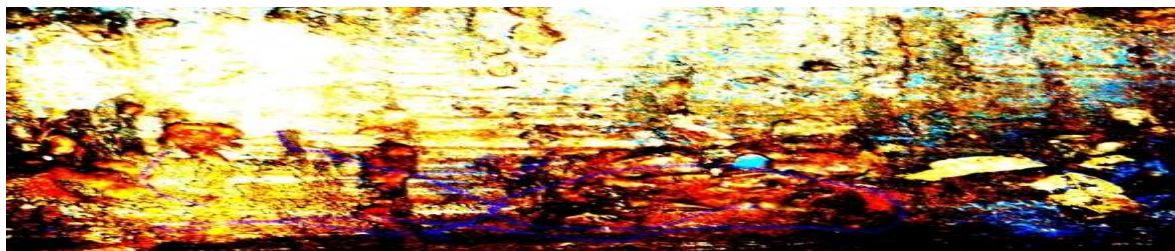


A seguir, apresentamos o Resumo Acadêmico escolhido e sua análise, de acordo com os pressupostos teóricos já abordados. É necessário ressaltar que a produção do texto se deu em uma atividade proposta na aula de Linguística I, em que o professor solicitou o resumo do capítulo do livro “Preconceito linguístico: o que é, como se faz” (Marcos Bagno), que o aluno havia apresentado num seminário realizado anteriormente. Houve também mediação da pesquisadora nas produções, porém, no momento, este fato não será levado em consideração para a análise.

Análise de um resumo do texto: BAGNO, M. Mito nº8: “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.” In: BAGNO, M. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 2. Ed. Edições Loyola: São Paulo, 1999.

No livro “Preconceito Linguístico”, Bagno **começa** o mito oito retomando o início do livro, mais precisamente o mito 1, onde ele **expõe** que, ao não reconhecer a diversidade do português falado no Brasil, a escola impõe sua norma linguística como se ela fosse comum a todos. Ele **explica** o título do mito 8, **exemplificando** que o domínio da norma padrão culta não tem relação com a ascensão social quando ele **cita** os professores que deveriam estar no topo da pirâmide social, econômica e política. **Diz** que nada vai adiantar o domínio da norma culta a uma pessoa que não tenha acesso a decente moradia, saneamento básico, tecnologias modernas, e a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos. O autor **enfoca** que todos os brasileiros precisam reconhecer que existe sim uma variação linguística e que o mero conhecimento da norma padrão culta não significa abolição de todos os problemas de indivíduos carentes. Todavia também é necessário garantir acesso à educação, bens culturais, saúde, habitação e uma vida digna de cidadão. Bagno **afirma** que o foco principal é a transformação da sociedade como um todo e não uma simples transformação individual, porque enquanto vivermos em meio a desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a “ascensão social” dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua. O autor **prosegue afirmando** que “doando” a língua padrão a um indivíduo carente, obviamente, não o tornará um patrão e que não vale a pena promover a “ascensão social” para que alguém se enquadre dentro da sociedade que vivemos hoje; basta pensar nos indivíduos que detêm o poder no Brasil, além de serem falantes da norma culta, são sobretudo na maioria homens, brancos, heterossexuais, nascidos/criados na porção Sul-Sudeste do país. **Concluindo**, Bagno ainda nos **recorda** que falar da língua é falar da política e essa reflexão não deve se ausentar de nossas posturas teóricas e atitudes de cidadãos, do contrário, estaremos contribuindo para a manutenção do preconceito linguístico e do círculo vicioso da injustiça social.

Vejamos abaixo os trechos do texto original e do resumo do aluno, respectivamente, com nossas considerações acerca das formas de interpretação, das operações parafrásicas realizadas e dos verbos dicendi e suas possíveis intenções no texto.



Este mito, que vem fechar nosso circuito mitológico, tem muito que ver com o primeiro, o mito da unidade linguística do Brasil.

No livro “Preconceito Linguístico”, Bagno começa o mito oito retomando o início do livro, mais precisamente o mito 1, onde ele expõe que, ao não reconhecer a diversidade do português falado no Brasil, a escola impõe sua norma linguística como se ela fosse comum a todos.

Nesta primeira parte, o aluno faz uma relação com o mito nº 1, que não está apresentado no mito nº 8, mas que, de certa forma, é retomado com palavras diferentes pelo autor do texto. O resumo sofre alterações, pois o aluno faz uma interpretação do mito nº 1, tentando relacionar ao mito nº 8. Foi realizada a operação de acréscimo de informações.

Os verbos dicendi começar e expor aparentam certa “neutralidade”, como diz Charolles (*apud* Albini, 2000), a respeito do verbo “dizer”.

Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo?

Ele explica o título do mito 8, exemplificando que o domínio da norma padrão culta não tem relação com a ascensão social quando ele cita os professores que deveriam estar no topo da pirâmide social, econômica e política.

Aqui, há interpretação do texto-fonte com acréscimo de elementos (os verbos dicendi e a resposta negativa para o questionamento). De um questionamento do autor do texto, o aluno fez uma afirmativa sobre a ascensão social, colocando o verbo exemplificar para defender tal ação do autor. O aluno interpretou esse questionamento como um exemplo, mesmo não havendo a introdução de exemplos feita pelo autor do texto.

O verbo dicendi explicar representa uma interpretação do aluno, pois ele entende que o autor do texto, após introduzir o tema, o desenvolve, começando pela explicação por meio de um questionamento, que é entendido como exemplo. Além disso, ele dá sua opinião como o produto de uma reflexão feita pelo autor do texto-fonte.



O que estou tentando dizer é que o domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha todos os dentes, que não tenha casa decente para morar, água encanada, luz elétrica e rede de esgoto. O domínio da norma culta de nada vai servir a uma pessoa que não tenha acesso à novas tecnologias modernas, aos avanços da medicina, aos empregos bem remunerados, à participação ativa e consciente nas decisões políticas que afetam suas vidas e a de seus concidadãos. O domínio da norma culta de nada vai adiantar a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos plenamente.

Diz que nada vai adiantar o domínio da norma culta a uma pessoa que não tenha acesso a decente moradia, saneamento básico, tecnologias modernas, e a uma pessoa que não tenha seus direitos de cidadão reconhecidos.

Há muito mais afirmações do autor sobre este assunto. O aluno fez a escolha das informações que mais lhe interessavam, demonstrando, de certa forma, sua opinião com relação ao que considerava importante resumir, sendo considerado o fenômeno da interpretação também. Foi utilizada a operação da subtração de elementos.

O aluno utiliza o verbo dizer como representação da seguinte fala do autor: “O que estou tentando dizer é que...”. O uso desse verbo seria uma forma mais segura e garantida de reescrever o texto, além de representar a escolha dele no resumo, o que revela seus interesses e também seu entendimento.

É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da variação linguística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso favorecer esse reconhecimento, mas também garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo, aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito.

O autor enfoca que todos os brasileiros precisam reconhecer que existe sim uma variação linguística e que o mero conhecimento da norma padrão culta não significa abolição de todos os problemas de indivíduos carentes. Todavia também é necessário garantir acesso à educação, bens culturais, saúde, habitação e uma vida digna de cidadão.



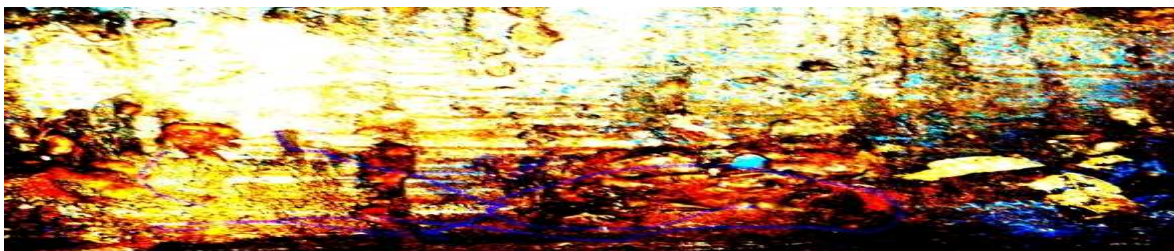
Este trecho resume a parte do mito em que o autor diz que “é preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento da variação linguística”. O aluno utilizou o verbo enfocar, pois, provavelmente, entendeu a afirmação do autor do texto como uma informação importante, que deveria ser destacada, visto que o “sim” deixa claro o enfoque do autor. Isso também revela sua subjetividade e esse verbo dicendi pode contribuir positivamente para a afirmação do autor.

Ocorreu, então, interpretação do texto com as operações de subtração de elementos e de substituição. Na primeira, vê-se que a última frase do trecho corresponde, no mito, a uma série de aspectos que devem ser garantidos para a sociedade. O aluno escolheu os que mais lhe interessavam e até os que ele considera mais importantes para um cidadão e parafraseou-os. Na operação de substituição, observamos que o aluno trocou a palavra resolver, que está no texto, por abolição, demonstrando, assim, que a solução de um problema significa para ele sua inexistência, seu desaparecimento pleno.

Como é fácil perceber, o que está em jogo não é a simples “transformação” de um indivíduo que vai deixar de ser um “sem-língua padrão” para tornar-se um falante da variedade culta. O que está em jogo é a transformação da sociedade como um todo, pois enquanto vivermos numa estrutura social cuja existência mesma exige desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a “ascensão” social dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua.

Bagno afirma que o foco principal é a transformação da sociedade como um todo e não uma simples transformação individual, porque enquanto vivermos em meio a desigualdades sociais profundas, toda tentativa de promover a “ascensão social” dos marginalizados é, senão hipócrita e cínica, pelo menos de uma boa intenção paternalista e ingênua.

Observamos a interpretação do trecho a partir da operação de subtração de elementos, já que o aluno reescreveu partes do trecho, e do deslocamento, pois o aluno optou por inverter a ordem de apresentação das sentenças, uma vez que no mito o autor começa o parágrafo introduzindo o que não está em jogo, ou seja, o que não é o foco. Isso pode representar, no resumo, a interpretação do que seria mais importante salientar para o leitor.



O aluno utilizou o verbo afirmar com certa “neutralidade” na interpretação da ação do autor do texto.

Por isso eu me pergunto: será que “doando” a língua padrão a um indivíduo das classes subalternas ele vai, automaticamente, tornar-se um patrão? (...) Valerá mesmo a pena promover a “ascensão social” para que alguém se enquadre dentro desta sociedade em que vivemos, tal como ela se apresenta hoje? Basta pensarmos um pouco nos indivíduos que detêm o poder no Brasil: não são (quando são) apenas falantes da norma culta, mas são sobretudo, em sua grande maioria, homens, brancos, heterossexuais, nascidos/criados na porção Sul-Sudeste do país ou oriundos das oligarquias feudais do Nordeste.

O autor prosegue afirmando que “doando” a língua padrão a um indivíduo carente, obviamente, não o tornará um patrão e que não vale a pena promover a “ascensão social” para que alguém se enquadre dentro da sociedade que vivemos hoje; basta pensar nos indivíduos que detêm o poder no Brasil, além de serem falantes da norma culta, são sobretudo na maioria homens, brancos, heterossexuais, nascidos/criados na porção Sul-Sudeste do país.

Na introdução deste trecho há uma forma diferenciada de atribuir ação ao autor. O texto original apresenta um questionamento, inclusive introduzido por Bagno da seguinte forma: “Por isso eu me pergunto: será que “doando” a língua *padrão* a um indivíduo das classes subalternas ele vai, automaticamente, tornar-se um *patrão*?”; o aluno, então, colocou o questionamento como uma afirmação, acrescentando, inclusive, o advérbio obviamente, o que representa, a nosso ver, uma interpretação decorrente da temática e de todo o desenvolvimento do texto que aponta para essa conclusão.

Há, portanto, interpretação do texto-fonte com as operações de substituição e acréscimo (o aluno colocou o questionamento do autor como uma afirmação e acrescentou o advérbio). Além dessas duas operações, no último período, o aluno se utilizou da subtração de elementos, pois selecionou os que mais lhe interessavam.

Como eu já tinha avisado na abertura do livro, falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista. Do contrário, estaremos apenas contribuindo para a manutenção do círculo vicioso do preconceito linguístico e do irmão gêmeo dele, o círculo vicioso da injustiça social.



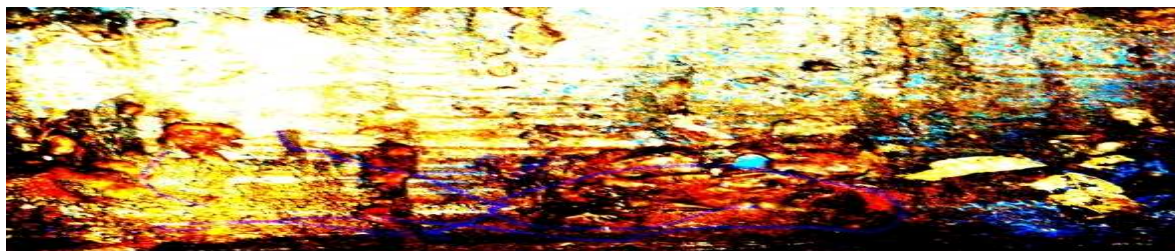
Concluindo, Bagno ainda nos recorda que falar da língua é falar da política e essa reflexão não deve se ausentar de nossas posturas teóricas e atitudes de cidadãos, do contrário, estaremos contribuindo para a manutenção do preconceito linguístico e do círculo vicioso da injustiça *social*.

No último trecho, também podemos notar vestígios de interpretação, apesar de terem sido feitas poucas modificações no resumo. Primeiramente, o aluno fez uma identificação do último parágrafo como conclusão, o que é evidenciado com o uso do verbo concluir, e isso deixa explícita uma das características do Resumo Acadêmico – atribuição de atos ao autor do texto resumido. O aluno usou a operação da subtração de elementos com modificações a partir de seu entendimento, como no uso do verbo recordar, em que ele identifica a expressão do autor "Como eu já tinha avisado na abertura do livro" como o ato de "recordar". Na última sentença também há subtração, onde verificamos a exclusão de alguns termos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso dos verbos dicendi e as operações parafrásicas no resumo analisado evidenciam que há atividade do sujeito no processo da paráfrase, resultando, assim, em um texto repleto de marcas interpretativas.

A intertextualidade parafrásica faz parte da estruturação do discurso acadêmico, especificamente, do Resumo Acadêmico, e projeta explicitamente a compreensão do autor, levando, inclusive, ao nível da interpretação. Desse modo, a partir dos pressupostos teóricos apresentados e da análise realizada, acreditamos ter comprovado a hipótese inicial do trabalho, demonstrando que, apesar de o resumo ser um gênero essencialmente parafrásico, há elementos que remetem à interpretação do texto fonte, pois a paráfrase envolve, necessariamente, a interpretação do texto. Ela é caracterizada pela convergência com o texto-fonte e as possibilidades de reconhecimento do intertexto, quando não explicitado, se dão justamente por meio das marcas textuais.



REFERÊNCIAS

ALBINI, M. I. Subjetividade e argumentação no discurso das ciências humanas: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado). UNICAMP: Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2000.

AUTHIEZ-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Caderno de Estudos Linguísticos*, v.19. Campinas: Unicamp, 1990. p. 25-42.

_____. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Tradução: Leci Borges Barbisan e Valdir do Nascimento Flores. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BAGNO, M. Mito nº8: “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social.” In: BAGNO, M. *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. 2. Ed. Edições Loyola: São Paulo, 1999.

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, D. L. P. Contribuições de Bakhtin à teorias do texto e do discurso. In: FARACO, C. A. et al. (orgs.). *Diálogos com Bakhtin*. 2 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1999. p. 21-42.

BARROS, D. L. P. Dialogismo, polifonia e enunciação. In: BARROS, D. L. P., FIORIO, J. L. *Dialogismo, polifonia e intertextualidade em torno de Bakhtin*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 1-9.

BEZERRA, P. Polifonia. In: BRAIT, B. (org.) *BAKHTIN: Conceitos-chave*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2007.

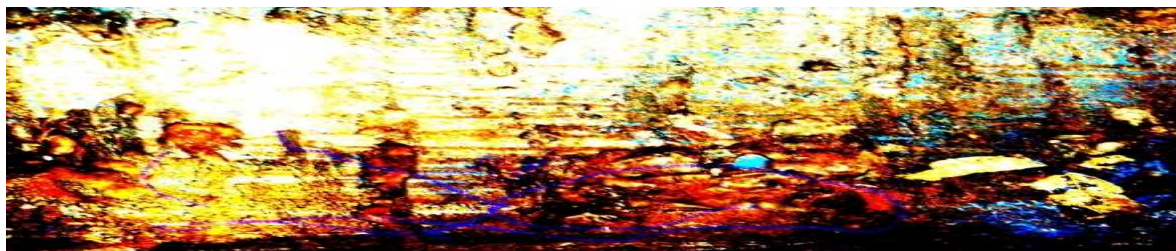
CARIOCA, C. R. A Caracterização do Discurso Acadêmico baseada na Convergência da Linguística Textual com a Análise do Discurso. In: *4º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais*, Florianópolis: Edições Unisul, 2007.

FUCHS, C. A paráfrase linguística – equivalência, sinonímia ou reformulação? Tradução de João Wanderley Geraldi. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos 8*. Campinas: IEL/Unicamp, 1985. p. 129-134.

KOCH, I. V. A construção dos sentidos no texto: intertextualidade e polifonia. In: KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 46-57.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.



MENEGASSI, R. J.; EMILIANO, S. R. A paráfrase criativa como característica do leitor competente em textos de vestibular. In: *Acta Scientiarum*. Human and Social Sciences. v. 26, n. 2. Maringá, 2004. p. 209-219.

NÓBREGA, D. G. de A.; LIMA FILHO, J. M. de. Paráfrase e resumo: atividades de reformulação textual. In: *Revista de Educação e Tecnologia – EduTec*. v. 4, n. 1. CEFET – Alagoas, 2008.

RECHDAN, M. L. de A. Dialogismo ou polifonia? *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 9, n. 1, jan./jun. 2003.

SANT'ANNA, A. R. de. *Paródia, paráfrase e Cia*. 7 ed. São Paulo: Ática, 2003.

THEREZO, G. P. O Resumo. In: *Redação e leitura para universitários*. Campinas: Ed. Alínea, 2007. p. 117-130.

TOMASI, R. *Gênero textual: o resumo como cultura em sala de aula*. Dissertação (Mestrado). Universidade Regional de Blumenau – FURB: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2006.